

1 **Ata da 49ª Reunião Ordinária do Conselho das Cidades realizada nos dias 20 e 21**
2 **de julho de 2016 – Brasília-DF.**

3
4 No dia 20 de julho de 2016, no auditório do Ministério das Cidades, nesta cidade, deu-se início aos trabalhos da 49ª Reunião Ordinária do Conselho das Cidades - ConCidades
5 mediante convocação de seus membros, conforme o Regimento Interno deste Conselho.
6
7 **1.** A reunião foi aberta pelo Ministro de Estado das Cidades, Bruno Araújo, que compôs
8 a mesa junto com a Secretária Nacional de Habitação, Henriqueta Arantes, o Secretário
9 Nacional de Saneamento Ambiental, Alceu Segamarchi, o Secretário Executivo
10 Substituto, Marco Aurélio, a Secretária Nacional de Acessibilidade e Programas
11 Urbanos, Diana Motta e o Secretário Nacional de Transportes e da Mobilidade Urbana,
12 José Roberto Generoso. **2.** O Ministro saudou todos os presentes e, depois de aprovada
13 uma questão de ordem, passou a palavra à Conselheira Bartéria, que leu a carta em
14 “Defesa à Reforma Urbana e ao Direito à Cidade”, em anexo. **3.** O Ministro informou
15 que o Conselho é o fórum legítimo para discutir a política urbana. Informou que o envio
16 do projeto do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano – SNDU é uma prioridade
17 deste Ministério. Atendendo a demandas de vários movimentos, no ano de 2017 será
18 lançado um programa para atender o déficit de qualidade habitacional. **4.** A ata da 48ª
19 Reunião do Conselho das Cidades foi aprovada sem ressalvas. **5.** A pauta da reunião foi
20 modificada. Foi proposta a inversão de pauta mudando para o período da manhã do dia
21 21 o tema de conjuntura. **ANDAMENTO DAS RESOLUÇÕES: 1.** A Resolução
22 Recomendada nº 182, de 17 de setembro de 2015 que “Recomenda ao Ministério das
23 Cidades a criação de modalidade específica de atendimento habitacional por meio de
24 melhorias habitacionais, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, voltada às
25 famílias de baixa renda moradoras em assentamentos precários.” Foi publicada no DOU
26 em 25 de abril de 2016. **2.** A Resolução Recomendada nº 188, de 03 de dezembro de
27 2015, que “Recomenda que sejam definidos procedimentos e instrumentos para
28 assegurar o controle social e a participação pública na fase de elaboração e de gestão
29 dos contratos de parceria público-privada que serão executados com recursos do
30 Governo Federal.” Foi publicada no DOU em 27 de abril de 2016. **3.** Resolução
31 Normativa nº 20 de 03 de dezembro de 2015 que “Altera a Resolução Normativa nº 19,
32 que originalmente aprovou o Regimento da 6ª Conferência na 47ª Reunião e foi
33 novamente alterada na Reunião Extraordinária.” Foi publicada no DOU em 27 de abril
34 de 2016. **4.** Resolução Administrativa nº 34, de 03 de dezembro de 2015 que
35 “Recomenda a constituição de comissão de trabalho para acompanhar, observar e
36 recolher dados sobre o desastre ocorrido nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo
37 pelo rompimento da barragem em Bento Rodrigues.” Foi publicada no DOU em 6 de
38 maio de 2016. **5.** Resolução Recomendada nº 190, de 14 de abril de 2016 que “Delibera
39 que o Ministério das Cidades informe à Secretaria Especial do Programa de Aceleração
40 do Crescimento acerca do posicionamento do Conselho das Cidades pela revogação da
41 Portaria nº 280 de 25 de junho de 2013, do Ministério das Cidades e solicita análise
42 sobre a não utilização de recursos do Orçamento Geral da União (OGU) em projetos de
43 infraestrutura modelados a partir de Parcerias Público-Privadas (PPPs) ou concessões.”
44 Essa Resolução está em tramitação. **6.** A Resolução Recomendada nº 189, de 14 de abril
45 de 2016 que “Recomenda ao Ministério das Cidades que faça gestão junto à Presidência
46 da República para a revogação da Medida Provisória 700/2016 e a submissão do tema
47 ao Conselho das Cidades para que possa ser construída a pactuação necessária.” A
48 Resolução não foi homologada, pois perdeu seu objeto, uma vez que a Medida
49 Provisória que pretendia questionar não foi convertida em lei, com prazo de vigência
50 encerrado em 17 de maio do corrente ano. **INFORME:** Na última Reunião foi aprovado

51 o texto da Resolução que recomenda os conteúdos mínimos dos Planos de Mobilidade
52 Urbana previstos na Lei nº 12.587/2012. Entretanto, a leitura e apreciação do Anexo que
53 detalha as ações estratégicas foi adiada para a atual Reunião, tendo sido acordado que a
54 análise e eventuais destaques ao texto seriam efetuados pelo Conselho no período
55 anterior a esta Reunião, mas a Seconcid não recebeu nenhuma contribuição do
56 colegiado. **TEMA DE CONJUNTURA:** Devido à mudança de horário do tema de
57 conjuntura o palestrante do Ministério da Fazenda não pode comparecer a reunião.
58 Nesse sentido foi proposto não realizar a análise de conjuntura, entretanto, os
59 conselheiros optaram por debater o tema “Macropolítica Econômica na atual conjuntura
60 brasileira”. **CALENDÁRIO:** A 50ª Reunião do Conselho das Cidades foi agendada
61 para o dia 6 e 7 de outubro. Depois de realizadas as modificações o calendário foi
62 aprovado. **RELATO DO COMITÊ TÉCNICO DE HABITAÇÃO:** Foi realizada a
63 apresentação dos seguintes pontos: **1.** Política de habitação do Governo: priorização de
64 três focos para atuação imediata, quais sejam: a) pagamento em dia das obras em
65 andamento; b) retomada das obras paralisadas; e c) construção de creches e escolas
66 prioritariamente em grandes empreendimentos já concluídos ou em fase de conclusão.
67 Apresentação dos desafios, especialmente, em relação à retomada das obras paralisadas,
68 das unidades ocupadas ou comercializadas sem a devida legalização, e o trato da
69 inadimplência nas prestações através de campanha educativa. Também foram
70 apresentadas as necessidades de aperfeiçoamento dos normativos. Por fim, foram
71 expostos os novos projetos, em fase de concepção, relativos à PPPs, locação social,
72 recuperação dos empreendimentos, aprimoramento e instalação de fóruns de trabalho. **2.**
73 Orçamento OGU, FGTS e SBPE. Apresentação dos valores históricos de locação e
74 aplicação dos recursos na área habitacional originados do OGU, FGTS e do serviço de
75 poupança e empréstimo. Foi demonstrada a redução de disponibilidade para
76 investimentos desde 2015. **3.** Diagnóstico do Minha Casa Minha Vida Entidades:
77 situação atual da carteira; discussão para revisão dos normativos que tratam do processo
78 de habilitação das entidades urbanas e aprimoramento deste programa. **4.** Em relação à
79 Habitat III foi realizado informe sobre a participação da SNH no desenvolvimento dos
80 documentos em fase de apreciação. **5.** Em relação ao GT de Assistência Técnica foi
81 realizado informe sobre os trabalhos desenvolvidos pelo GT relativo à Resolução
82 Administrativa nº 182 de 2015 do Concidades concluídos em setembro de 2015, e foi
83 levantada a necessidade de atualização do plano de trabalho deste grupo para
84 continuidade de suas ações. **6.** Apresentação do estudo preliminar do programa de
85 melhoria habitacional. **RELATO DO COMITÊ TÉCNICO DE PLANEJAMENTO**
86 **E GESTÃO DO SOLO URBANO:** **1.** Informes: a) Foi apresentada a situação atual da
87 Comissão Interministerial de Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos – CIMCFurb,
88 em prazo final de vigência e sua prorrogação está em tramitação. Foi apontada pelos
89 conselheiros a necessidade de retomada do GT de Conflitos Fundiários e a consolidação
90 institucional de uma política de prevenção e mediação de conflitos fundiários. **2.** Foi
91 dado informe sobre andamento de contratações e convênios da Secretaria. A seguir foi
92 apresentado o andamento do projeto sobre os cadernos técnicos de instrumentos do
93 Estatuto da Cidade, atualmente são cinco cadernos em elaboração. Foi dado um informe
94 sobre a campanha da função social da propriedade. Apresentou-se a situação do
95 orçamento de 2016 onde foi destacado que houve empenhos relativos a contratos do
96 “PAC-Risco” e aos projetos oriundos de emendas parlamentares enquadradas no
97 orçamento impositivo. Foi apresentado o andamento do trabalho da consultoria com a
98 ONU-Habitat para elaboração de proposta metodológica para os Planos de
99 Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI, para regiões metropolitanas. Foi
100 apresentado o resultado da pesquisa “Retrato Áreas Centrais do Brasil” realizada em

101 parceria com o IPEA. **RELATO DO COMITÊ TÉCNICO DE MOBILIDADE: 1.**
102 Foi realizada apresentação da situação do orçamento. **2.** Foi abordada a necessidade de
103 marcar reunião do GT do Pacto da Mobilidade Urbana. **3.** Foi abordada a necessidade
104 de retomar alguns subgrupos com destaque para o Grupo de Trabalho Interministerial
105 sobre a energia do transporte metroferroviário. Ressaltou-se a necessidade da retomada
106 do grupo de trabalho Paz no Trânsito e os objetivos da década. **RELATO DO**
107 **COMITÊ TÉCNICO DE SANEAMENTO AMBIENTAL: 1.** Foram apresentados os
108 estudos que a Secretaria de Saneamento contratou sobre diretrizes e estratégias
109 estabelecidas no PLANSAB em relação aos seguintes assuntos: certificação das
110 informações do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, desenvolvimento
111 de uma metodologia e aplicação dessa metodologia por agências reguladoras brasileiras
112 de forma a qualificar melhor as informações do sistema. O segundo trabalho é um
113 estudo sobre o reuso da água resultante do tratamento dos esgotos. O terceiro estudo é
114 um trabalho de assistência técnica e capacitação para melhoria da gestão das perdas de
115 água e do uso de energia elétrica em sistema de abastecimento de água. O quarto estudo
116 é assistência técnica e capacitação para melhoria da regulação e fiscalização dos
117 serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Brasil. **2.** Segundo ponto
118 de pauta foi o informe sobre a elaboração do Programa Nacional de Saneamento Rural
119 que está sob responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA. **3.** Terceiro
120 ponto de pauta foi o informe sobre a situação atual das cinco prioridades definidas para
121 o saneamento na 5ª Conferência Nacional das Cidades. **4.** Quarto ponto de pauta foi
122 apresentação do estágio atual de elaboração do Plano de Saneamento Básico das
123 RIDE's. **5.** Quinto ponto de pauta foi apresentação sobre o PAC Saneamento mostrando
124 a situação atual dos empreendimentos, dos compromissos de desembolso, e dos
125 empreendimentos realizados. **6.** Foi apresentada moção defendendo o fortalecimento da
126 gestão pública do serviço de saneamento básico. **RESOLUÇÕES: 1.** Foi aprovada
127 resolução normativa que altera o Regimento da 6ª Conferência Nacional das Cidades,
128 no que tange a ampliação de prazo para realização das Conferências Municipais.
129 **MOÇÃO: 1.** Foi aprovada Moção em Defesa do Serviço Público de Saneamento.
130 **HABITAT III: 1.** Carlos Cuenca, do Itamaraty, fez um breve relato sobre o andamento
131 do processo preparatório para a Conferência Habitat III. Os Conselheiros pediram
132 esclarecimentos quanto à indicação de representantes do Conselho para a Habitat III.
133 Foi solicitado que os integrantes para compor a Comissão para a Habitat III fossem
134 integrantes do Grupo de Trabalho Habitat III. Foi acertado que a resposta seria dada na
135 próxima reunião da Coordenação Executiva do Conselho das Cidades.
136 **ENCAMINHAMENTOS: 1.** Foi proposto para a próxima reunião convite a
137 representante do Ministério da Saúde para abordar sobre a questão da água no país. Em
138 relação ao caso de Mariana foi informado que será necessário avaliar como está o
139 andamento do grupo de trabalho que está atuando em Bento Rodrigues. **2.** Registramos
140 nesta Ata divergências entre o Conselheiro Herivelton e duas entidades que compõe o
141 Conselho das Cidades durante a reunião do Comitê de Habitação. No pleno, foi
142 solicitada a abertura de Processo Administrativo para apurar as acusações feitas pelo
143 Conselheiro. **ENCERRAMENTO:** A Diretora de Desenvolvimento Substituta, Isabela
144 Sbampato, considerou cumprida a pauta, agradeceu a presença de todos e deu por
145 encerrada a Reunião.